COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.673, DE 2016

Revoga os artigos 45, 46, 47, 48 e 49 da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos).

Autor: Deputado BETINHO GOMES

Relator: Deputado SERGIO ZVEITER

I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 6.673, de 2016**, de autoria do Deputado Betinho Gomes, revoga os arts. 45, 46, 47, 48 e 49 da Lei n.º 9.096, de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para extinguir a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.

Em sua justificativa, o autor argumenta que o fim da propaganda partidária gratuita proporcionaria uma economia de recursos públicos da ordem de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) por ano, referentes à compensação fiscal a que fazem jus as emissoras pela transmissão da propaganda. Observa, ainda, que a evolução tecnológica proporcionou o avanço dos meios de comunicação, de modo que todos os partidos e candidatos possam veicular suas ideias sem custos relevantes. A internet seria, no caso, o melhor exemplo dessa possibilidade.

A proposição em análise está sujeita à apreciação do Plenário e tramita em regime ordinário (art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD), tendo sido distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame dos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, nos termos dos arts. 139, II, “c” e 54, I, do RICD, e, ainda,

quanto ao seu mérito, de acordo o art. 32, IV, “e”, do mesmo diploma normativo, por tratar de matéria pertinente ao direito eleitoral.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O **Projeto de Lei nº 6.673, de 2016**, vem ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise dos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, consoante determina o art. 139, II, “c”, do RICD, bem como do seu mérito, com fulcro no art. 32, IV, “e”, do mesmo diploma normativo.

Quanto à constitucionalidade formal, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

O projeto de lei em questão tem como objeto tema concernente ao direito eleitoral, matéria de **competência legislativa privativa da União** (art. 22, I, da CF/88). É **legítima a iniciativa parlamentar** (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se **adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária**, visto tratar-se da alteração de lei ordinária em vigor e não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Sob o prisma da **constitucionalidade material**, não vislumbramos nenhuma ofensa aos princípios e regras que regem o ordenamento jurídico pátrio.

Não obstante, quanto à **juridicidade**, há que se considerar que a Lei nº 13.487, de 2017, em seu art. 5º, já trouxe dispositivo de idêntico teor ao pretendido pelo projeto de lei em análise. Senão, veja-se:

“Art. 5º Ficam revogados, a partir do dia 1º de janeiro subsequente à publicação desta Lei, os arts. 45, 46, 47, 48 e 49 e o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.”

Nesse diapasão, tendo em vista que a reforma eleitoral de 2017 já determinou o fim da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão a partir de 2018, é forçoso concluir pela **injuridicidade** do projeto de lei em exame, por não introduzir qualquer inovação no ordenamento jurídico, restando prejudicada a análise acerca do mérito e da técnica legislativa da matéria.

Pelas razões expostas, manifestamos nosso voto no sentido da **constitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 6.673, de 2016, restando prejudicada a análise quanto à técnica legislativa e ao mérito da matéria.**

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado SERGIO ZVEITER
Relator